

Papel do Assistente Social Do SUAS Frente ao Auxílio BPC

Vanessa Araújo da Cruz.¹

RESUMO

Este artigo examina o papel do assistente social do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) na implementação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) no município de Zé Doca, Maranhão. Através de uma abordagem integrativa que combina revisão teórica e prática de estágio, o estudo destaca a importância do BPC como instrumento de proteção social e a atuação dos assistentes sociais no acompanhamento e orientação dos beneficiários. A análise de documentos elaborados durante o estágio, como relatórios de visitas domiciliares e registros de rodas de conversa, revelou desafios como a insuficiência de recursos e a desinformação persistente entre os beneficiários. No entanto, o estudo também identificou oportunidades para melhorar a eficácia das intervenções, como a maior articulação entre políticas públicas, capacitação contínua dos profissionais e utilização de tecnologias da informação. O artigo conclui que uma abordagem integrada e contínua é essencial para promover a inclusão social e melhorar as condições de vida dos beneficiários do BPC, reforçando a necessidade de um trabalho comprometido com a justiça social e a dignidade humana.

Palavras-chave: Assistente Social, Benefício de Prestação Continuada, Política de Assistência Social.

ABSTRACT

This article examines the role of the social worker at the Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) in the implementation of the Continuous Cash Benefit (BPC) in the municipality of Zé Doca, Maranhão. Through an integrative approach that combines theoretical review and internship practice, the study highlights the importance of the BPC as a social protection instrument and the role of social workers in supporting and guiding beneficiaries. The analysis of documents prepared during the internship, such as home visit reports and conversation circle records, revealed challenges such as insufficient resources and persistent misinformation among

¹ Discente do Curso de Serviço Social da Universidade La Salle - Unilasalle, matriculado na disciplina de Trabalho de Conclusão I, sob a orientação da Prof. Liciane Fernandes Medeiros. E-mail: liciane.medeiros@unilasalle.edu.br. Data de entrega: 12 jul. 2024.

beneficiaries. However, the study also identified opportunities to improve the effectiveness of interventions, such as greater coordination between public policies, continuous professional training, and the use of information technologies. The article concludes that an integrated and continuous approach is essential to promote social inclusion and improve the living conditions of BPC beneficiaries, reinforcing the need for work committed to social justice and human dignity.

Keywords: Social Worker, Continuous Cash Benefit, Social Assistance Policy.

1. INTRODUÇÃO

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é o órgão gestor local da Política de Assistência Social, e o Assistente Social tem como atribuição orientar a pessoa idosa e a pessoa com deficiência, assim como seus familiares, sobre o acesso ao benefício. Bem como, assegurar aos requerentes e/ou beneficiários do BPC e suas famílias o acesso aos serviços da rede socioassistenciais e de outras políticas públicas, conforme suas necessidades, considerando a situação de vulnerabilidade e risco social em que se encontram.

Atualmente há muitas famílias junto com os beneficiários que sobrevivem apenas com o salário do benefício, e essa é uma realidade de muitos brasileiros que vivem em cidades pequenas, como é o caso da cidade de Zé Doca, que é um município do Estado do Maranhão, região nordeste do Brasil. Isso porque esse benefício não é esclarecido, são repassadas informações muito superficiais, apenas sobre a concessão e manutenção do benefício, e isso induz a ideia de que não existem benefícios adicionais além do que o valor repassado, ocasionando o comodismo e a conformidade de todos envolvidos e principalmente da família pois não sabem que podem buscar e têm direitos de estarem incluídos em determinadas políticas públicas, isso é o reflexo da falta de informação sobre os direitos e benefícios disponíveis.

No município há 02 (dois) CRAS (Centro de Referência e Assistência Social), e 01 (um) Secretaria de Assistência Social. O CRAS I, fica localizado atualmente no Bairro São Francisco e o CRAS II, está localizado no Bairro Vila Nova, e a Secretaria fica

localizada no centro da cidade. Tendo conhecimento das expressões da questão social da população da cidade de Zé Doca, foi de extrema importância promover a conscientização sobre os direitos e os recursos disponíveis para os beneficiários da área que é atendida pelo CRAS I, para que fiquem cientes que existe programas e projetos, que podem estar sendo incluídos e se beneficiando deles, sendo essa uma forma de enfrentamento dessas expressões da questão social dos beneficiários e familiares que ficam à mercê apenas de um salário mínimo que não suprir as necessidades básicas, e acabam sendo excluídos da sociedade.

Embora muitos não saibam, o BPC é um benefício que assim como o Bolsa Família, integra a proteção social e tem requisitos a serem cumpridos para a concessão e permanência do benefício. Portanto, esse artigo irá pontuar o papel do Assistente Social do SUAS, quanto profissional capacitado para analisar os desafios socioeconômicos dos envolvidos, destacando o impacto de implementação de políticas públicas, além de proporcionar informações detalhadamente, e ensinar como acessá-los, alertando sobre os direitos e recursos disponíveis que pode ser solicitado pela as famílias junto à equipe CRAS, como um método alternativo de possibilidades de superar as vulnerabilidades sociais tendo como estratégias a capacitação de complementar a renda do benefício, garantindo pelo menos as necessidades básicas do beneficiário no convívio familiar, promovendo a inclusão social e a superação das barreiras da desigualdade socioeconômica e risco social. Na luta pela garantia de uma qualidade de vida básica e com dignidade.

2. A Questão Social e Benefício de Prestação Continuada (BPC).

A relação entre o tema do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a questão social é intrínseca e multifacetada. O BPC, previsto na Constituição Federal de 1988, é um benefício assistencial que garante um salário mínimo mensal a idosos acima de 65 anos e a pessoas com deficiência de qualquer idade que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. Este benefício é um direito fundamental destinado a proteger as camadas mais vulneráveis da população brasileira, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e econômicas (SANTOS, 2021).

É previsto no art. 203, CF/88:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I - A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - O amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - A habilitação e reabilitação das pessoas com as de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V - A garantia de um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispõe a lei.

Como todos estamos vinculados às políticas de proteção social, Fernando Mendes afirma que:

Quando nasce um ser humano, a segurança social logo vem compensar os encargos adicionais dos progenitores. Liberta pai e mãe da vida profissional para prestarem os primeiros cuidados ao recém-nascido, subsidiando lhes licenças de maternidade e paternidade. Segue apoiando as famílias no esforço educativo posto em cada filho. Ajuda os adultos a enfrentar consequências da doença e do desemprego, fazendo as vezes do rendimento perdido, contribuindo para pagar cuidados de saúde ou subsidiando ações de valorização profissional. Na aposentação por velhice ou na invalidez, substitui-se definitivamente os rendimentos do trabalho. E, na morte, sobrevive-nos, para apoiar os que ainda estejam a nosso cargo.

Uma das expressões mais visíveis da questão social relacionada ao BPC é a insuficiência de renda. A maioria dos beneficiários do BPC vive em condições de extrema pobreza, e o valor do benefício, muitas vezes, é a única fonte de renda da família. Isso é particularmente evidente em municípios pequenos e de baixa renda, como Zé Doca, no Maranhão, onde a economia local não proporciona oportunidades de emprego suficientes para garantir a subsistência digna de seus habitantes (BARBOSA, 2015).

A insuficiência de renda leva à exclusão social, pois os beneficiários do BPC e suas famílias enfrentam dificuldades para acessar serviços essenciais como saúde, educação, moradia e alimentação. A falta de recursos financeiros restringe a participação social e limita as oportunidades de desenvolvimento pessoal e familiar. Este cenário cria um ciclo de pobreza e vulnerabilidade difícil de romper sem a

intervenção de políticas públicas eficazes e o apoio de profissionais capacitados, como os assistentes sociais (SANTOS, 2021).

A desinformação é outra questão crítica que agrava a situação dos beneficiários do BPC. Muitos não têm conhecimento adequado sobre seus direitos e os serviços disponíveis, o que os torna vulneráveis à fraudes e abusos. Pessoas mal-intencionadas podem se aproveitar da falta de informação para obter vantagens financeiras, explorando ainda mais aqueles que já estão em situação de fragilidade.

No contexto do CRAS I, em Zé Doca, a intervenção dos assistentes sociais é crucial para fornecer orientação adequada e combater a desinformação. O CRAS desempenha um papel vital ao informar os beneficiários sobre os critérios de elegibilidade, os procedimentos para manter o benefício e os direitos associados. Este apoio é essencial para empoderar os beneficiários, permitindo-lhes tomar decisões informadas e acessar os recursos necessários para melhorar sua qualidade de vida (SILVA, 2017).

O assistente social no CRAS tem a responsabilidade de atuar como mediador e facilitador, ajudando os beneficiários do BPC a navegar pelo complexo sistema de assistência social. Este papel envolve não apenas a orientação sobre o benefício em si, mas também a articulação com outras políticas públicas e serviços que podem complementar o apoio financeiro do BPC.

Por exemplo, os assistentes sociais podem encaminhar os beneficiários para programas de capacitação profissional, serviços de saúde, educação e habitação, entre outros. A integração desses serviços é fundamental para abordar as múltiplas dimensões da vulnerabilidade social enfrentada pelos beneficiários do BPC. Ao promover uma abordagem holística, os assistentes sociais contribuem para a construção de redes de suporte que fortalecem a resiliência das famílias e facilitam sua inclusão social (SILVA, 2012).

A política de assistência social, através do BPC, busca assegurar que todos os cidadãos tenham uma mínimo de dignidade e segurança econômica. No entanto, a eficácia desta política depende em grande medida da sua implementação local, onde o CRAS desempenha um papel central. Em Zé Doca, a atuação dos assistentes sociais do CRAS I é fundamental para garantir que os benefícios cheguem

efetivamente a quem mais precisa e que sejam utilizados de maneira a promover a autonomia e a inclusão social dos beneficiários (BARBOSA, 2015).

A intervenção no CRAS envolve visitas domiciliares, rodas de conversa e atendimento personalizado, ferramentas que permitem uma avaliação detalhada das necessidades das famílias e a elaboração de estratégias específicas para cada caso. Estas ações são fundamentais para identificar os obstáculos que os beneficiários enfrentam e desenvolver soluções adequadas para superá-los.

A relação entre o BPC e a questão social é complexa e envolve múltiplas dimensões de vulnerabilidade. A insuficiência de renda, a desinformação e a exclusão social são desafios significativos que os beneficiários enfrentam, e a intervenção dos assistentes sociais é essencial para mitigar esses problemas. Por meio de um trabalho integrado e focado nas necessidades dos beneficiários, o CRAS localizado em Zé Doca desempenha um papel crucial na promoção da inclusão social e na melhoria das condições de vida das famílias atendidas. O fortalecimento das políticas de assistência social e a capacitação contínua dos profissionais são fundamentais para garantir que o BPC cumpra seu objetivo de proteger os mais vulneráveis e promover a justiça social.

3. A relação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) com a política social

A relação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) com a política social que norteia a intervenção no campo de estágio é fundamentada nas diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Esses marcos regulatórios definem a estrutura e o funcionamento da assistência social no Brasil, objetivando a garantia de direitos e a promoção da equidade social.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), instituída em 2004, é o principal instrumento que orienta a execução da assistência social no Brasil. Ela estabelece os princípios, diretrizes e objetivos da política de assistência social, visando assegurar proteção social a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. A PNAS é fundamentada nos princípios da universalidade, integralidade, descentralização e participação social, que garantem o acesso a serviços e benefícios de forma equitativa e inclusiva.

Dentro da PNAS, o BPC é um benefício assistencial que se insere na proteção social básica, direcionada a garantir um salário mínimo mensal a idosos e pessoas com deficiência que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. A implementação do BPC visa reduzir as desigualdades sociais e promover a inclusão social dos grupos mais vulneráveis da sociedade.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é o modelo organizacional que operacionaliza a PNAS, estruturando a assistência social em níveis de proteção (básica e especial) e organizando a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios. Ele articula a gestão compartilhada entre os três níveis de governo (federal, estadual e municipal) e a participação da sociedade civil (NOB/SUAS, 2016).

No contexto do SUAS, o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) é a principal unidade pública estatal de proteção social básica. Ele é responsável pela organização e oferta de serviços voltados para a prevenção de situações de risco e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. O CRAS tem um papel crucial na execução da política de assistência social e no acompanhamento dos beneficiários do BPC (IAMAMOTO, 2013).

No campo de estágio realizado no CRAS I em Zé Doca, o papel do assistente social é essencial para a implementação do BPC, conforme orientado pelas diretrizes da PNAS e do SUAS. A intervenção do CRAS visa garantir que os beneficiários tenham acesso ao benefício e aos serviços complementares que possam promover sua inclusão social e melhorar suas condições de vida.

A intervenção começa com a identificação das famílias elegíveis para o BPC, realizada através de visitas domiciliares e cadastros no CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais). O CRAS realiza uma avaliação socioeconômica das famílias para verificar o cumprimento dos critérios de elegibilidade, como a renda per capita inferior a um quarto do salário mínimo e a condição de incapacidade para o trabalho ou idade avançada (NUNES, 2013).

Uma vez concedido o benefício, o papel do CRAS não se limita à simples entrega do valor financeiro. É fundamental orientar os beneficiários e suas famílias sobre os direitos e deveres associados ao BPC, bem como sobre os serviços e programas disponíveis na rede socioassistencial. O CRAS promove rodas de conversa, oficinas

e atendimentos individuais para fornecer informações e esclarecer dúvidas sobre o benefício e outros recursos disponíveis.

O acompanhamento contínuo dos beneficiários é uma prática essencial no CRAS. As visitas domiciliares periódicas permitem aos assistentes sociais monitorar a situação das famílias, identificar novas necessidades e oferecer apoio adequado. Este acompanhamento visa garantir que o benefício esteja sendo utilizado de forma a promover a autonomia e a inclusão social dos beneficiários, e não apenas para suprir necessidades imediatas.

A atuação do CRAS na implementação do BPC está intrinsecamente ligada à articulação com outras políticas públicas. Os beneficiários do BPC, muitas vezes, necessitam de acesso a serviços de saúde, educação, habitação e trabalho, que são fundamentais para a promoção de sua inclusão social. O CRAS trabalha em parceria com outras secretarias e instituições para garantir que os beneficiários possam acessar esses serviços de forma integrada (IAMAMOTO, 2013).

Por exemplo, no campo de estágio em Zé Doca, foram realizadas parcerias com a Secretaria de Saúde para garantir que os beneficiários com deficiência tivessem acesso a tratamentos e equipamentos necessários. Também foram estabelecidas colaborações com a Secretaria de Educação para incluir crianças e jovens com deficiência em programas educacionais inclusivos (LIBERATI, 2011).

A implementação do BPC no âmbito do CRAS enfrenta diversos desafios, que refletem as complexas realidades sociais e econômicas dos beneficiários. A insuficiência de recursos financeiros e humanos, a desinformação sobre os direitos e os serviços disponíveis e a vulnerabilidade social são alguns dos obstáculos que dificultam a efetividade das intervenções (IAMAMOTO, 2013).

No entanto, a política social que norteia a intervenção no campo de estágio oferece também oportunidades significativas. A capacitação contínua dos assistentes sociais, a promoção de ações educativas e informativas e a criação de redes de apoio são estratégias que podem potencializar os impactos positivos do BPC na vida dos beneficiários (LIBERATI, 2011).

A relação do tema BPC com a política social que norteia a intervenção no campo de estágio é profundamente enraizada nos princípios e diretrizes da PNAS e do SUAS. A atuação do CRAS em Zé Doca demonstra a importância de uma intervenção

integrada e multidisciplinar, que vai além da concessão do benefício e busca promover a inclusão social e a autonomia dos beneficiários. Por meio de um trabalho articulado e comprometido, é possível enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades para garantir que o BPC cumpra seu papel de proteção social e promoção da equidade.

4. Análise de conteúdo

A análise de conteúdo e discurso com base nos documentos elaborados durante a prática de estágio é uma ferramenta crucial para a compreensão e discussão do processo de trabalho desenvolvido no espaço sócio - ocupacional do CRAS. Esse processo de análise permite identificar padrões, compreender as dinâmicas envolvidas e avaliar a eficácia das intervenções realizadas pelos assistentes sociais. Os principais objetivos dessa análise são compreender a realidade social dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), avaliar a eficácia das intervenções realizadas e identificar lacunas e oportunidades de melhoria.

Durante a prática de estágio no CRAS I em Zé Doca, foram elaborados diversos documentos que serviram como base para a análise de conteúdo e discurso. Esses documentos incluem relatórios de visitas domiciliares, registros de rodas de conversa e planos de intervenção. Os relatórios de visitas domiciliares registram as condições de vida dos beneficiários, suas necessidades e os encaminhamentos realizados pelos assistentes sociais. Os registros de rodas de conversa documentam os temas abordados, as dúvidas e sugestões dos participantes, e as estratégias discutidas para enfrentar os desafios socioeconômicos. Os planos de intervenção detalham as ações planejadas e executadas para atender às necessidades dos beneficiários, incluindo atividades educativas, informativas e de orientação (PASSOS, SANTOS, SCARPARI,2019).

O processo de trabalho desenvolvido no CRAS envolve uma série de etapas e atividades, desde a identificação das necessidades dos beneficiários até a implementação de estratégias de intervenção. A análise de conteúdo e discurso dos documentos elaborados durante o estágio permite uma compreensão detalhada dessas etapas e atividades. A identificação das necessidades dos beneficiários é o primeiro passo no processo de trabalho. Durante as visitas domiciliares, os assistentes sociais coletam informações sobre as condições de vida, saúde, educação e outras áreas críticas. Os relatórios de visitas domiciliares são instrumentos valiosos para

documentar essas informações e identificar as principais demandas dos beneficiários. Por exemplo, um relatório de visita domiciliar pode revelar que uma família beneficiária do BPC está enfrentando dificuldades para acessar serviços de saúde devido à falta de transporte. Essa informação é crucial para planejar intervenções que possam abordar essa necessidade específica, como a articulação com a Secretaria de Saúde para disponibilizar transporte ou a realização de atendimentos médicos domiciliares. (PEREIRA,2009)

Com base nas necessidades identificadas, os assistentes sociais elaboram planos de intervenção que detalham as ações a serem realizadas. Esses planos incluem atividades como rodas de conversa, oficinas, encaminhamentos para outros serviços e visitas de acompanhamento. Os registros das rodas de conversa são particularmente úteis para entender como os beneficiários percebem suas necessidades e quais são suas principais preocupações. Por exemplo, durante uma roda de conversa sobre o BPC, os beneficiários podem expressar dúvidas sobre os critérios de elegibilidade ou o processo de renovação do benefício. Essas informações são essenciais para planejar atividades educativas que respondam diretamente às dúvidas e necessidades dos beneficiários (LIBERATI, 2011).

A implementação das intervenções envolve a execução das atividades planejadas e o acompanhamento contínuo dos beneficiários. Durante as rodas de conversa, os assistentes sociais fornecem orientações sobre direitos, serviços disponíveis e estratégias para enfrentar desafios socioeconômicos. As visitas de acompanhamento permitem monitorar a situação dos beneficiários e ajustar as intervenções conforme necessário. Os registros de atividades, como as atas das rodas de conversa e os relatórios de visitas de acompanhamento, são importantes para documentar o progresso das intervenções e avaliar sua eficácia. Por exemplo, um registro de roda de conversa pode mostrar que os beneficiários estão mais informados sobre seus direitos e estão conseguindo acessar novos serviços, indicando um impacto positivo da intervenção (PEREIRA, 2009).

A análise de conteúdo e de discurso dos documentos elaborados durante o estágio permite discutir os pontos fortes e fracos do processo de trabalho desenvolvido no CRAS. Entre os pontos fortes, destaca-se a abordagem holística adotada pelos assistentes sociais, que considera as múltiplas dimensões da vulnerabilidade social. Os documentos revelam que os assistentes sociais não se limitam a fornecer

orientações sobre o BPC, mas também encaminham os beneficiários para outros serviços e programas que possam complementar o benefício e promover a inclusão social. Além disso, a participação ativa dos beneficiários nas rodas de conversa e outras atividades de grupo permite que expressem suas necessidades e preocupações, o que é fundamental para a elaboração de intervenções mais eficazes e ajustadas às realidades dos beneficiários. O acompanhamento contínuo dos beneficiários, através de visitas domiciliares e outras atividades, também se destaca como um ponto forte, pois permite monitorar a situação das famílias e ajustar as intervenções conforme necessário, contribuindo para a eficácia das intervenções e a promoção da inclusão social.

Entretanto, a análise também revela desafios significativos. A falta de recursos financeiros e humanos é um desafio que limita a implementação das intervenções. Em alguns casos, a escassez de recursos impede a realização de atividades planejadas ou limita a capacidade de acompanhamento dos beneficiários. Apesar dos esforços de orientação e informação, muitos beneficiários ainda enfrentam dificuldades para compreender seus direitos e acessar os serviços disponíveis, indicando a necessidade de estratégias mais eficazes de comunicação e educação. Além disso, embora existam parcerias com outras secretarias e instituições, a integração entre diferentes políticas públicas pode ser fortalecida. A análise dos documentos sugere que uma maior articulação entre as políticas de assistência social, saúde, educação e trabalho poderia potencializar os impactos positivos das intervenções.

A análise de conteúdo e discurso com base nos documentos elaborados durante a prática de estágio é uma ferramenta valiosa para compreender e discutir o processo de trabalho desenvolvido no espaço sócio-ocupacional do CRAS. Essa análise permite identificar os pontos fortes e os desafios das intervenções realizadas, oferecendo percepções para a melhoria contínua das práticas de assistência social.

No CRAS I em Zé Doca, a intervenção dos assistentes sociais na implementação do BPC é fundamental para garantir que os beneficiários tenham acesso aos direitos e serviços necessários para promover sua inclusão social e melhorar suas condições de vida. Através de uma abordagem holística, participação ativa dos beneficiários e acompanhamento contínuo, é possível enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades para construir uma sociedade mais justa e equitativa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de construção deste artigo científico envolveu uma análise profunda e reflexiva das diversas dimensões que cercam a atuação dos assistentes sociais no contexto da assistência social no Brasil. Desde o levantamento teórico até a prática de estágio no CRAS I em Zé Doca, Maranhão, a trajetória de elaboração deste trabalho foi marcada por desafios e aprendizagens significativas que enriqueceram tanto o entendimento do tema quanto a formação profissional.

A construção deste artigo exigiu uma abordagem multidisciplinar e integrativa, combinando teoria e prática de maneira coerente. O processo iniciou-se com uma revisão abrangente da literatura sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Este embasamento teórico foi fundamental para contextualizar a importância do BPC como um instrumento de proteção social e para entender o papel crucial dos CRAS na implementação dessa política.

No campo prático, a experiência de estágio no CRAS I em Zé Doca forneceu percepções valiosas sobre a realidade enfrentada pelos beneficiários do BPC e as estratégias adotadas pelos assistentes sociais para atender suas necessidades. A coleta de dados através de visitas domiciliares, rodas de conversa e outros registros documentais permitiu uma análise detalhada das condições de vida dos beneficiários, das dinâmicas de trabalho no CRAS e da eficácia das intervenções realizadas. Esses dados foram essenciais para fundamentar as discussões apresentadas no artigo.

Durante o processo de construção do artigo, algumas limitações foram identificadas, tanto na pesquisa teórica quanto na prática de estágio. Primeiramente, a literatura disponível sobre o BPC e a atuação dos CRAS, embora vasta, apresenta algumas lacunas, especialmente no que diz respeito a estudos específicos em contextos regionais e locais, como o município de Zé Doca. A maioria dos estudos tende a se concentrar em análises macro, o que dificulta a compreensão das particularidades locais e das especificidades enfrentadas pelos beneficiários em diferentes regiões do país.

Outro limite significativo foi a falta de recursos materiais e humanos no CRAS. A escassez de recursos financeiros dificultou a realização de atividades planejadas, como visitas domiciliares mais frequentes e a implementação de projetos educativos mais abrangentes. Além disso, a sobrecarga de trabalho dos assistentes sociais, decorrente do número elevado de beneficiários e das múltiplas demandas, impôs restrições ao acompanhamento contínuo e individualizado dos beneficiários do BPC. Esse cenário limitou a capacidade de coleta de dados e a implementação de intervenções mais profundas e eficazes.

A desinformação persistente entre os beneficiários também representou um desafio. Apesar dos esforços de orientação e informação realizados pelos assistentes sociais, muitos beneficiários continuaram a enfrentar dificuldades para compreender plenamente seus direitos e acessar os serviços disponíveis. Isso evidenciou a necessidade de estratégias de comunicação mais eficazes e adaptadas às realidades locais, que possam alcançar de maneira mais eficiente a população atendida.

Apesar dos limites identificados, o processo de construção deste artigo também revelou várias possibilidades promissoras para o aprimoramento das políticas de assistência social e para a formação dos assistentes sociais. Uma das principais possibilidades é a promoção de uma maior articulação entre as diferentes políticas públicas. A integração efetiva entre os serviços de saúde, educação, trabalho e assistência social pode potencializar os impactos positivos das intervenções realizadas pelos CRAS, proporcionando um suporte mais completo e eficiente aos beneficiários do BPC.

Outra possibilidade é o desenvolvimento de programas de capacitação contínua para os assistentes sociais. Investir na formação e atualização desses profissionais é crucial para que possam enfrentar os desafios do cotidiano e implementar estratégias mais eficazes de intervenção. Programas de capacitação que incluem novas metodologias de trabalho, técnicas de comunicação e ferramentas de gestão podem fortalecer a atuação dos assistentes sociais e melhorar a qualidade dos serviços prestados.

A utilização de tecnologias da informação também representa uma oportunidade significativa. Ferramentas digitais podem ser utilizadas para melhorar a comunicação com os beneficiários, facilitar o acesso a informações sobre direitos e serviços, e

otimizar o processo de acompanhamento e monitoramento das famílias atendidas. Plataformas online, aplicativos móveis e redes sociais podem ser integrados às práticas dos CRAS para ampliar o alcance das ações e promover uma maior inclusão digital entre os beneficiários.

O processo de construção deste artigo proporcionou uma reflexão aprofundada sobre a formação profissional em Serviço Social. A experiência prática no estágio, aliada ao estudo teórico, evidenciou a importância de uma formação que combine conhecimento acadêmico com habilidades práticas. A atuação no CRAS exigiu a aplicação de conceitos teóricos em situações reais, o que contribuiu para o desenvolvimento de competências essenciais para a profissão, como a empatia, a capacidade de comunicação, a análise crítica e a resolução de problemas.

A prática de estágio também destacou a importância da ética profissional e do compromisso com os direitos humanos e a justiça social. O contato direto com os beneficiários do BPC e a observação das suas dificuldades reforçaram a necessidade de um trabalho comprometido com a dignidade e o bem-estar das pessoas, orientado pelos princípios da equidade e da inclusão social.

A construção deste artigo científico sobre o papel do assistente social do CRAS no BPC foi um processo enriquecedor que envolveu a análise de múltiplas dimensões teóricas e práticas. Apesar dos desafios e limites encontrados, o trabalho revelou inúmeras possibilidades para o aprimoramento das políticas de assistência social e para a formação dos profissionais da área. A experiência prática no CRAS I de Zé Doca e a revisão teórica proporcionaram uma compreensão aprofundada das complexidades envolvidas na implementação do BPC e das estratégias necessárias para promover a inclusão social dos beneficiários.

A reflexão sobre o processo de construção do artigo e sobre a formação profissional em Serviço Social destacou a importância de uma abordagem integrada e contínua, que combine conhecimento acadêmico, prática profissional e compromisso ético. Investir na capacitação dos assistentes sociais, na articulação das políticas públicas e na utilização de tecnologias da informação são caminhos promissores para fortalecer a assistência social no Brasil e garantir uma vida digna para todos os cidadãos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M.M.M. O Benefício de Prestação Continuada- BPC: desvendando suas contradições e significados. Universidade Federal do Maranhão, 2003.

BOFF, R. A.; CABRAL, S. M. Vulnerabilidade Socioeconômica: Desigualdade Social, Exclusão E Pobreza No Brasil. Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v. 13, n. 38, p. 71–88, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.7648187. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/848>. Acesso em: 4 jul. 2024.

Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988. Disponível Em : <https://Legislacao.Planalto.Gov.Br/Legisla/Legislacao.Nsf/Viwtodos/509f2321d97cd2d203256b280052245a?Opendocument&Highlight=1,Constitui%C3%A7%C3%A3o&Autoframed>. Acesso em 07 jun. 2024.

IAMAMOTO, M.V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LIBERATI, W.D. A dignidade da pessoa humana no estado constitucional. In: AGOSTINHO, Luis Otávio Vincenzi de; HERRERA, Luiz Henrique Martim. Tutela dos direitos humanos e fundamentais: ensaios a partir de pesquisa construção do saber jurídico e função política do direito. São Paulo: Boreal, 2011.

MENDES, F.R. Segurança social: o futuro hipotecado. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011.

NUNES, A. M. P. Intervenção Com Famílias De Crianças Com Deficiência: As Necessidades Familiares E A Avaliação Das Práticas Interventivas. MS Thesis, 2013.

PASSOS, L.; DOS SANTOS, A. A.; SCARPARI, A. Financiamento da política de assistência social: avanços e perspectivas. Textos & Contextos (Porto Alegre), 18(1), 91–109. 2019 Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2019.1.33523>. Acesso em: 20 jun. 2024.

PEREIRA, P. A. P. As interfaces da Assistências Social: destaque a relação com a política de transportes. SER Social, Brasília, n. 12, p. 245–258, 2009. DOI: 10.26512/ser social. V0i12.12934. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12934. Acesso em: 25 jun. 2024.

REIS, E.; SCHWARTZMAN, S. Pobreza e Exclusão Social: aspectos sociopolíticos. Versão Preliminar, World Bank, 2002.

SANTOS, M.F. Direito previdenciário esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2021.

SILVA, M. M. A Política de Assistência Social no Brasil: Paralelismo e As Estratégias de “Alívio À Pobreza”, 2018.

SOCIAL, Assistência. Sistema Único de Assistência Social. Norma Operacional Básica, 2016.